

Região Metropolitana de Porto Alegre (1973-2023) RMPA 50 ANOS

História, Território e Gestão



Danielle Heberle Viegas | Heleniza Ávila Campos | Paulo Roberto Rodrigues Soares
(orgs.)



**Região Metropolitana de
Porto Alegre (1973-2023)
RMPA 50 ANOS**

História, Território e Gestão

**Danielle Heberle Viegas
Heleniza Ávila Campos
Paulo Roberto Rodrigues Soares
(Orgs.)**

**Região Metropolitana de
Porto Alegre (1973-2023)
RMPA 50 ANOS
História, Território e Gestão**

E-book



São Leopoldo
2023

© Dos autores – 2023

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento, a partir de fotografia cortesia da NASA

Imagem da capa: Cortesia da Unidade de Ciências da Terra e Sensoriamento Remoto, NASA Johnson Space Center (ID: ISS067-E-176701), datada de 04.07.2022. Link para acesso: <https://eo1.jsc.nasa.gov/SearchPhotos/photo.pl?mission=ISS067&roll=E&frame=176701>

Revisão: André Dick

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)
Marluza M. Harres (Unisinós)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

R335 Região Metropolitana de Porto Alegre (1973-2023) – RMPA 50 anos: história, território e gestão. [E-book]. / Organizadores: Danielle Heberle Viegas, Heleniza Ávila Campos e Paulo Roberto Rodrigues Soares. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2023.

455 p.; il. color.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5974-170-0

1. História – Região – Metropolitana – Porto Alegre. 2. Região Metropolitana – Porto Alegre – Migração. 3. Políticas de habitação social. 4. Dinâmica de trabalho – Região Metropolitana – Porto Alegre. I. Viegas, Danielle Heberle. II. Campos, Heleniza Ávila. III. Soares, Paulo Roberto Rodrigues.

CDU 981.651

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

As ruralidades na Região Metropolitana de Porto Alegre: produção de alimentos orgânicos em assentamentos rurais

Michele Lindner

Rosa Maria Vieira Medeiros

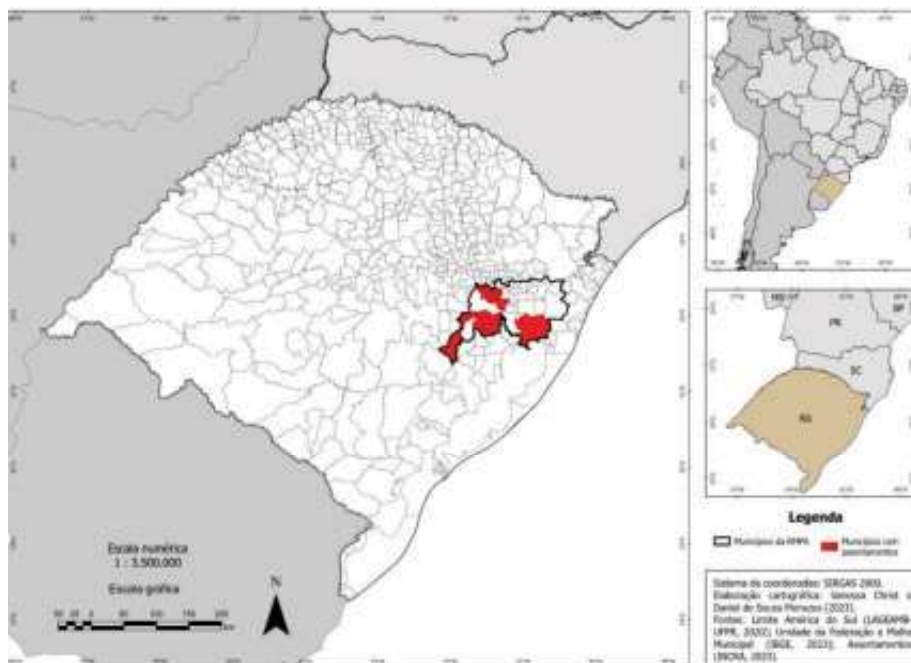
Introdução

A discussão sobre as ruralidades na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPE) nos traz temas de grande relevância tanto para estudos acadêmicos de diversas áreas das ciências sociais quanto para o contexto econômico, político e social atual. Neste ano de 2023, o tema da fome no Brasil assume centralidade, visto que, após o País ter saído, no ano de 2014 do Mapa da Fome da ONU, já em 2018 levantamentos do IBGE começaram a mostrar mudanças nessa conquista. A Covid-19 e o contexto político do momento agravaram a situação, trazendo uma realidade calamitosa (CAMPELLO; BORTOLETTO, 2022). Assim, analisar a produção de alimentos e o acesso a alimentação saudável, apresenta grande relevância, principalmente quando falamos de áreas densamente povoadas e com diferentes realidades sociais.

A cidade de Porto Alegre possui atualmente 53 feiras de produtos alimentares, sendo 09 orgânicas (CRHIST, 2022). Essa grande oferta de alimentos *in natura* ou minimamente processados provêm, em sua maioria, de produtores de municípios da RMPE, entre eles assentados de reforma agrária.

Na RMPE, existem atualmente 18 assentamentos, distribuídos em 08 municípios (Figura 1), onde encontram-se assentadas 1139 famílias (MAPA, 2022). Muitos desses assentamentos se destacam pela produção de alimentos orgânicos, tanto no que diz respeito às hortas quanto na produção de arroz orgânico, que se configura como a maior produção da América Latina.

Figura 1: Mapa dos municípios da RMPA com assentamentos de Reforma Agrária



Essas características nos chamam a atenção para a presença das ruralidades na RMPA, que, embora estejam em uma região de forte urbanização, destacam-se pelo seu cinturão verde, marcado pelo policultivo em propriedades familiares que abastecem os municípios da RMPA, em especial a cidade de Porto Alegre. Por ruralidades, entende-se tanto as atividades produtivas ligadas ao mundo rural quanto seus modos de vida. Assim sua presença está relacionada a uma realidade empírica, composta por objetos e ações peculiares do mundo rural, que pode estar presente tanto em espaços urbanos, quanto em espaços rurais.

A presença de ruralidades em regiões metropolitanas representa a ligação entre espaços rurais e urbanos, que proporciona o acesso mais facilitado a alimentos de melhor qualidade nutricional. Assim, o capítulo traz a discussão das ruralidades na RMPA sob a ótica da produção de alimentos orgânicos em assentamentos rurais. Nesse contexto, buscou-se contextualizar o processo que culminou na instalação de assentamentos no estado do Rio Grande do Sul, dando destaque para os assentamentos

rurais na Região Metropolitana de Porto Alegre, para então trazer a discussão sobre a produção de alimentos orgânicos em assentamentos rurais nessa Região.

Assentamentos rurais na Região Metropolitana de Porto Alegre

O processo de criação de assentamentos rurais de Reforma Agrária é resultado da luta de um grupo organizado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que busca, de forma geral, a democratização do acesso à terra e à produção de alimentos saudáveis. Além da conquista desses territórios, os assentamentos rurais, o Movimento também busca o desenvolvimento destes que engloba, além do acesso à terra, as condições para moradia, produção e comercialização dos produtos.

As origens do Movimento estão relacionadas ao processo de entrada da agricultura capitalizada que passa a redefinir regiões e segregar pequenos produtores que não conseguiram se inserir na lógica de uma agricultura ligada à produção de *commodities*. Esses processos foram responsáveis pela expulsão de largos contingentes humanos que não encontraram, no espaço rural, condições para a sua (re)produção social e se deslocaram para a cidade ou buscaram formas de obter uma nova terra.

Muitos dos que buscaram nas cidades maiores condições de reprodução socioeconômica encontraram uma realidade urbana pouco integradora para as famílias sem-terra. Os que lutaram para se manter no espaço rural se organizaram e formaram o movimento social de luta pela terra. Medeiros (2004) explica que a abertura em direção à reforma agrária brasileira teve suas origens na região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul. De acordo com a autora, os colonos que lá chegaram ao final do século XIX e princípio do século XX construíram cidades, desenvolveram regiões e não desistiram quando a modernização da agricultura chegou ao planalto gaúcho. Muitos deles procuraram novas alternativas de sobrevivência partindo para áreas distantes ou sendo atraídos para as cidades, porém os que permaneceram e lutaram pelo direito de ter acesso à terra se organizaram e criaram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

Esse Movimento, nascido de um processo de desterritorialização e luta pela sua reterritorialização, teve como marco histórico o mês de maio de 1978 quando os índios Kaingang da Reserva Indígena de Nonoai inicia-

ram ações para recuperar seu território e expulsaram 1.800 famílias de colonos-rendeiros que viviam nas terras. Para essas famílias restavam apenas três alternativas: migrar para os projetos de colonização da Amazônia, virar assalariadas em empresas agropecuárias ou de indústrias nas cidades ou lutar pela terra no Rio Grande do Sul. Como não havia uma organização, ocorreu a dispersão da maior parte das famílias que passaram a vagar pelos municípios da região noroeste do Estado; algumas acamparam na beira de estradas, outras em casas de parentes e muitas perambularam sem ter onde ficar. Após dois meses da expulsão, algumas famílias começaram as ocupações, mesmo sem uma organização, em glebas de terras públicas arrendadas a empresas privadas. Como resposta, o governo enviou o secretário da agricultura para cadastrar as famílias e convencê-las a retornarem às casas de parentes, prometendo assentá-las quando houvesse reforma agrária. Contudo, além das famílias expulsas que ocupavam as áreas, surgiram mais famílias querendo se cadastrar, com esperança de serem assentadas (FERNANDES, 2000).

Devido à necessidade de mudanças e com o incentivo de um padre da Comissão Pastoral da Terra (CPT), as famílias de trabalhadores sem-terra decidiram se reunir, para se organizar e discutir as medidas a serem tomadas. Após uma audiência com o governador do estado do Rio Grande do Sul e a falta de resoluções para o problema, no dia 7 de setembro de 1979, 110 famílias ocuparam a Gleba Macali, no município de Nonoai. Após alguns dias da ocupação, pressionado o governador autorizou os colonos a plantarem na terra: “Iniciava a primeira experiência de organização do trabalho e da produção na terra conquistada” (FERNANDES, 2000, p. 53).

A partir dessa experiência, houve outras ocupações, como na Gleba Brilhante e, ao mesmo tempo em que a luta pela terra conquistava mais apoio da sociedade, a repressão policial tornava-se mais intensa, como em outubro de 1980, na ocupação da Fazenda Annoni, com intervenção da Polícia Federal fazendo o despejo das famílias e prendendo doze trabalhadores. Já o caso do acampamento Encruzilhada Natalino, a luta pela terra, representou o conflito entre a política implantada pelos militares e a política de desenvolvimento para a agropecuária que os camponeses vinham construindo por meio de suas lutas (FERNANDES, 2000).

A luta pela terra no Rio Grande do Sul data da década de 80, e os primeiros assentamentos da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul foram

criados no ano de 1986, totalizando 05 assentamentos, 04 na região norte do estado e um na região metropolitana, no município de Eldorado do Sul, assentamento Fazenda São Pedro (MAPA, 2022). No total, nessa década foram criados 13 assentamentos, com capacidade para 962 famílias, 09 localizados na região norte, 02 na região metropolitana e 02 na região central do estado do RS. Na década de 1990, foram criados 168 assentamentos no estado, sendo 12 até o ano de 1994 e 156 entre 1995 e 1999. Na década de 2000, foram criados 147 assentamentos, sendo 105 até o ano de 2004 e 42 entre 2005 e 2009. Entre os anos de 2010 e 2019, foram criados 16 assentamentos no Rio Grande do Sul, sendo em 2016 o ano do último assentamento criado no estado de acordo com dados do *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação*, disponibilizados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), atualizado em até 05/12/2022 (MAPA, 2022). Nesse contexto, Medeiros e Lindner (2014) chamam a atenção para os meados da década de 90 até os meados da década de 2000, pois foram os anos em que mais assentamentos foram criados no Estado.

O primeiro assentamento criado na RMPA, assentamento Fazenda São Pedro, data do ano de 1986, sendo instalado no município de Eldorado do Sul. No final da década de 1980, no ano de 1988, foi instalado o segundo assentamento na região, o assentamento Itapuí/Meridional, no município de Nova Santa Rita. A década de 1990 marca a instalação do maior número de assentamentos na RMPA, totalizando 10 assentamentos, criados entre os anos de 1994 e 1999. Entre os anos 2000 e 2009 foram criados 04 assentamentos e posteriormente, nos anos de 2013 e 2014, houve a criação de mais dois assentamentos na RMPA (Quadro 1).

Quadro 1: Assentamentos na Região Metropolitana de Porto Alegre

Município	Assentamento	Data de criação	Capacidade (nº de famílias)
Capela de Santana	PE São José II	19/06/1998	15
Charqueadas	PE Trinta de Maio	19/06/1998	46
	PE Nova Esperança	17/12/2013	14
Eldorado do Sul	PA Fazenda São Pedro	14/08/1986	105
	PA Apolônio de Carvalho	17/12/2007	72
	PE Colônia Nonoaiense	02/12/1999	13
	PE Integração Gaúcha	19/06/1998	74
	PE Padre Josimo	02/12/1999	24
	PE Belo Monte	23/10/2001	95
	PE Lanceiros Negros	18/09/2014	07
Guaíba	PE Dezenove de Setembro	02/12/1999	37
Montenegro	PE Vinte e Dois de Novembro	02/02/1999	20
Nova Santa Rita	PA Itapuí/Meridional	30/09/1988	68
	PA Capela	05/05/1994	101
	PA Sino	05/05/1994	13
	PA Santa Rita de Cássia II	14/12/2005	102
São Jerônimo	PE Jânio Guedes Silveira	02/06/2005	59
Viamão	PA Viamão	14/12/1998	375

* PA – Projeto de Assentamento Federal; PE – Projeto de Assentamento Estadual.
Fonte: MAPA (2022).

O Quadro 1 apresenta informações detalhadas sobre os assentamentos da RMPA, que além da distribuição dos assentamentos nos municípios e data de criação, demonstram a capacidade de famílias em cada assentamento: 1.240 famílias. Também, é possível observar informações referentes a Projetos de Assentamentos Federais e Estaduais, onde percebe-se que a maioria dos assentamentos da RMPA foram de responsabilidades dos governos estaduais, totalizando 11 projetos de assentamentos estaduais e 07 federais.

Contudo, é importante destacar que o processo de desenvolvimento e consolidação dos assentamentos vai além do acesso à terra. Após a conquista do território e a organização do assentamento, são necessárias condições estruturais e de produção, o que muitas vezes representa um grande

obstáculo para o desenvolvimento dos assentamentos e para a permanência do produtor assentado na terra.

Na RMPA, pode-se dizer que, a integração social e econômica dos assentados não ocorreu de forma imediata. Em muitos casos não houve condição favorável de trabalho, seja pela falta de recursos financeiros para o plantio, pelas terras impróprias aos plantios escolhidos e, inclusive, pelas diferenças na forma de produzir do seu local de origem, visto que muitas famílias foram assentados em locais distantes e com características físicas diferentes das de sua terra natal.

Por essa razão, o processo de reterritorialização desses assentados envolveu uma trajetória de persistência e superação, que em alguns casos representou mudanças na forma de produzir e de se relacionar com a terra, seja provocada pelas frustrações nas produções que representaram prejuízos financeiros, seja pela busca de uma melhor qualidade de vida, que os levou à experiência na produção de alimentos orgânicos.

Ruralidades na Região Metropolitana de Porto Alegre: os alimentos orgânicos e os assentamentos rurais

A produção de alimentos orgânicos dos assentados da RMPA é uma realidade que faz parte do processo de reterritorialização desses agricultores. A conquista de um novo território diversas vezes não se dá de forma fácil; é necessário se adaptar à nova realidade e ao seu novo espaço.

É sabido que muitos assentados nesta região têm suas raízes em outras regiões do estado do Rio Grande do Sul; logo, carregam consigo marcas culturais e os modos de vida de seus antigos territórios são suas ruralidades. Nesse contexto, ao serem assentados, buscam reproduzir a forma de viver e produzir dos antigos territórios, o que diversas vezes gera frustrações, seja devido as características e aptidões produtivas do local, seja pela falta de recursos econômicos para o pleno desenvolvimento da produção.

Essa situação é colocada por um Engenheiro Agrônomo, que presta assistência técnica a assentados da RMPA, o qual explica que no início os assentados começaram com produções de milho e feijão, produções essas que, do ponto de vista de aptidão das terras, não eram propícias. Essas culturas eram produzidas na região de onde vieram os assentados, que migraram para a produção de arroz ao perceberem que era mais propícia às condições locais, porém ainda produzindo de forma convencional.

– O início do processo aqui se deu por uma mudança econômica, que ocorreu quando os camponeses, da agricultura familiar, adotaram o modelo dominante, conhecido como Agronegócio no Brasil. Elas começaram a produzir e depois de 6/7 anos começaram a entrar em falência econômica (Engenheiro Agrônomo – Informação verbal, out. 2022).

O entrevistado explica que a maior parte dos serviços e insumos utilizados pelo agronegócio no Brasil está nas mãos das grandes multinacionais e que são elas que detêm a maior parte do processo de produção. “Então, quem está em uma área como o arroz, produzindo de maneira convencional, logo vai entrar em dificuldades econômicas, isso levou muitas famílias a repensar o processo” (Engenheiro Agrônomo – Informação verbal, out. 2022).

Nesse contexto, reunidos em grupos, os assentados começaram a conversar sobre agroecologia e, por meio de diversas reuniões, discutiram a mudança de modelo de produção, do convencional para o orgânico. Foi então que, no início dos anos 2000 que diversos seminários foram realizados, organizados pelos grupos e cooperativas, o que culminou com a decisão de mudança, ou seja, a orientação agroecológica.

– Na crise, os agricultores resolveram que não iam mais produzir de forma convencional, foi uma decisão política. Algumas famílias falaram que era uma questão de saúde, porque estava se envenenando, outras por uma questão ambiental, mas todas elas por causa política, decidiram que iriam fazer uma produção agroecológica ou, no caso, orgânica (Engenheiro Agrônomo – Informação verbal, out. 2022).

Durante trabalho de campo no mês de outubro de 2022, ao falar sobre o início da produção de orgânicos nos assentamentos da RMPA, a assentada do assentamento Padre Josimo colocou que as experiências com a agricultura orgânica tiveram início com a produção de hortaliças. De acordo com suas informações as dificuldades que tiveram, por vir de outro modelo de produção, mas com a vontade de produzir “sem veneno”, fizeram com que as hortas se tornassem a oportunidade inicial, visto que elas existiam em grande quantidade na região e nos assentamentos.

– [...] eu fui assentada em 87 e a gente veio de uma região que se plantava milho e soja, chegamos aqui e se apavoram, só tinha água. Vamos plantar o que dentro d’água? Mas daí começamos pelas hortas, nesse assentamento (Assentada assentamento Padre Josimo – Informação verbal, out. 2022).

Da mesma forma como tiveram importância no início da produção de orgânicos nos assentamentos, as hortas, atualmente, se destacam pelo seu papel na permanência na terra dos trabalhadores rurais assentados, vis-

to que representam uma fonte de renda, durante o ano todo, para as famílias produtoras. As hortas nos assentamentos da RMPA oferecem uma grande variedade de produtos frescos, livres de agrotóxicos (Figura 2).

Figura 2: Hortas no assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul, RS



Fonte: Trabalho de campo (2022).

A atividade nas hortas tem grande inserção do trabalho das mulheres e, devido às suas características de mão de obra intensiva para a produção e de circulação de capital constante, as hortas têm um papel fundamental na ocupação e renda dos trabalhadores assentados. A inserção dessa produção nas feiras orgânicas da RMPA (Figura 3) foi possível com a garantia de produção orgânica dada pelo OCS (Organismo de Controle Social).

As hortas foi onde mais avançou nesse processo, as famílias, tem um grupo o gestor das hortas onde tem mais de 40 pontos de vendas em Porto Alegre, através desse grupo de produção. Com isso deu coragem ao pessoal do arroz, que também começou com um/dois territórios e foi ganhando mais (Engenheiro Agrônomo – Informação verbal, out. 2022).

Figura 3: Produtos orgânicos em feira agroecológica em Porto Alegre, RS



Fonte: Trabalho de campo (2022).

Importante chamar a atenção que, para além das produções certificadas, há muita produção nos assentamentos que não são certificadas, mas que são igualmente produzidas de forma orgânica.

Além das hortas, é a produção de arroz que se destaca como uma das mais importantes produções de alimentos orgânicos nos assentamentos da RMPA. Essa produção assume um protagonismo, e chama a atenção para o trabalho dos assentados dessa região, visto que não se limita a mercados locais, tendo abrangência nacional e internacional.

A experiência com o arroz orgânico na Região teve início em 1999 quando foram cultivados 07 hectares de terra em dois assentamentos. De acordo com Medeiros *et al.* (2013), em pouco mais de uma década, a área envolvida com a produção de arroz orgânico no estado do Rio Grande do Sul, passou de 07 hectares para mais de 3.400 hectares, e o número de famílias envolvidas com a produção passou de uma dezena para 339 famílias.

As motivações que levaram essas famílias a aderirem à produção orgânica são tanto econômicas quanto sociais. No que tange à questão econômica, buscou-se produzir com menores custos em um mercado onde a con-

corrência fosse menos capitalizada do que no mercado de arroz convencional (MEDEIROS *et al.*, 2013). Medeiros *et al.*, explicam que:

Isto porque, nos anos 2000, uma parcela significativa dessas famílias envolvidas com a produção do arroz convencional acumulava dívidas decorrentes dos altos custos de produção pelo uso de insumos externos, como agrotóxicos além dos baixos preços do arroz no mercado (2013, p. 12).

Na questão social, as famílias pioneiras na produção orgânica desejavam expandir esse tipo de produção, tanto pelas questões de saúde como na procura de consumidores de orgânicos, na capital gaúcha e na RMPA, buscando, assim, maior credibilidade junto à sociedade local (MEDEIROS *et al.*, 2013).

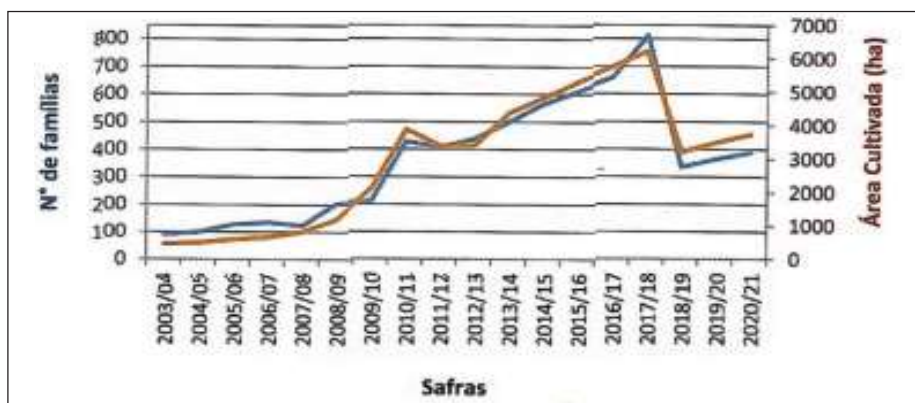
No ano de 2002, foi criado o “grupo gestor do arroz ecológico”, cuja meta, além de reunir as famílias produtoras, foi promover a sistematização de dados, a troca de experiências entre os produtores, a negociação com instituições públicas e privadas, ampliando parcerias e buscando a ampliação do número de famílias assentadas envolvidas no cultivo ecológico do arroz irrigado (MENEGON *et al.*, 2009).

A expansão da cadeia produtiva do arroz orgânico teve também o apoio do Estado, através do financiamento da construção de estruturas de armazenagem e beneficiamento, fundamentais para esse crescimento da produção. Além disso, é importante destacar também, que o fator geográfico teve bastante influencia na expansão, visto que os assentamentos produtores estão localizados próximos à capital do estado (MEDEIROS *et al.*, 2013).

Esta proximidade reduz custos de transportes com os grandes centros consumidores bem como facilita a comunicação entre as famílias produtoras. Além disso, viabiliza uma maior articulação política e comercial com instituições de diferentes escalas governamentais pela facilidade das lideranças em participar de reuniões para se informar, negociar, participar de eventos onde divulgam e comercializam o produto (MEDEIROS *et al.*, 2013, p. 13).

De acordo com Zang *et al.* (2020, p. 63), após *duas décadas de acúmulo de ordem tecnológica, econômica, social e organizativa, a produção de arroz ecológico apresenta ascensão quanto à área cultivada e ao número de famílias envolvidas no Estado com maior concentração na RMPA*. A Figura 4, que mostra a evolução da área cultivada e o número de famílias na produção de arroz orgânico no RS, demonstra que houve um processo crescente, tanto no número de famílias quanto na área cultivada até a safra 2017/2018.

Figura 4: Evolução da área cultivada e número de famílias envolvidas na produção de arroz irrigado de base ecológica no RS



Fonte: Zang *et al.* (2020, p. 64).

Zang *et al.* (2020) explicam que essa queda brusca, tanto no número de famílias quanto na área cultivada, foi gerada pela perda de sustentabilidade do sistema de produção, mas que posteriormente ocorreu uma tímida retomada fruto de ações institucionais.

Na safra 2022/2023, 08 dos 14 assentamentos localizados em municípios da RMPA produziram arroz orgânico, envolvendo cerca de 42 grupos de produtores ou produtores individuais com uma área plantada de mais de 2042 ha de acordo com o Planejamento, execução e acompanhamento da Safra da COOTAP (Quadro 2).

Quadro 2: Produção de arroz orgânico safra 2022-2023

Município	Assentamento	Área plantada (ha)	Produtores
Charqueadas	PE Trinta de Maio	38,8	1
Eldorado do Sul	PE Integração Gaúcha	108	3
Guaíba	PE Dezenove de Setembro	13	1
Nova Santa Rita	PA Itapuí/Meridional	33	3
	PA Capela	348	4*
	PA Santa Rita de Cássia II	364,79	6
São Jerônimo	PE Jânio Guedes Silveira	88	3
Viamão	PA Viamão/ Filhos de Sepé	1049,1	21
Total	2042,69	42	

* Inclui a COOPAN (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda.).

Fonte: COOTAP (2023).

De acordo com informações apresentadas no Quadro 2, o assentamento Filhos de Sepé, localizado no município de Viamão, é o que possui maior área plantada de arroz orgânico. É importante ressaltar que esse assentamento tem sua área localizada dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA) a APA Banhado Grande, na qual o assentamento ocupa uma área de cerca de 9.478 ha (MAPA, 2022).

Figura 5: Lavoura de arroz orgânico no Assentamento Filhos de Sepé



Fonte: Trabalho de campo (2020).

Tanto no que concerne ao arroz quanto às hortas, a produção orgânica teve um papel transformador na vida dos agricultores assentados na RMPA. Ao aderir a essa forma de produzir, deixam de ser meros consumidores de pacotes tecnológicos disponíveis no mercado e se tornam responsáveis por gerar suas próprias formas de produzir.

Uma nova ruralidades passa a transformar as relações dos produtores com o meio ambiente, através de atitudes e ações diferenciadas com o espaço que ocupam. Essa relação transformadora do espaço faz parte da territorialização, quando sujeitos e/ou grupos passam a imprimir suas marcas no território e tornam, assim, possível sua inclusão econômica e social.

Considerações finais

A importância e os impactos da produção de orgânicos nos assentamentos de reforma agrária na RMPA nos trazem um panorama da presença das ruralidades em uma região altamente urbanizada. O processo rumo a uma produção ecologicamente mais saudável que vem acontecendo há algumas décadas em diversos assentamentos no estado do Rio Grande do Sul, e em especial na RMPA, demonstra claramente o papel transformador que essa produção teve na vida dos agricultores assentados. Experiências como essa trazem benefícios tanto aos produtores como aos consumidores e ao meio ambiente.

Nesse contexto, entende-se tanto os benefícios que a produção de arroz orgânico tem trazido para os assentamentos, através dessa produção que se tornou referência na produção de orgânicos no Brasil e na América Latina, quanto a importância da produção de hortaliças. É evidente a melhoria na qualidade de vida desses assentados organizados nesta forma de produzir.

Suas conquistas vão além do melhor viver; ganharam também o respeito da população local, conquistaram mercados, deram visibilidade à experiência em nível nacional, demonstraram que esta conquista é um processo que ainda não está finalizado e necessariamente precisa ser desenvolvido para assim seguir o rumo da sustentabilidade. Portanto, é necessário ressaltar os impactos positivos desse modelo de produção, enquanto experiência que pode potencializar o desenvolvimento tanto dos assentamentos quanto dos locais onde estão inseridos. São experiências que provocam significativas transformações territoriais, com redução nos impactos ambientais e sociais ao gerar emprego e renda para os agricultores familiares assentados, além da maior oferta de alimentos saudáveis a preços justos à população urbana.

Referências

CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (orgs.). *Da fome a fome: diálogos com Josué de Castro*. São Paulo: Elefante, 2022.

CHRIST, Vanessa. *Territórios de segurança alimentar e nutricional na cidade de Porto Alegre: uma análise a partir das feiras do produtor*. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia Bacharelado) – UFRGS, Porto Alegre, 2022.

LINDNER, M.; MEDEIROS, R. M. V. • As ruralidades na Região Metropolitana de Porto Alegre: produção de alimentos orgânicos em assentamentos rurais

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. *Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira *et al.* *Cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS – Análise territorial e ambiental*. Relatório de atividades de pesquisa. Porto Alegre: NEAG, 2013.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele. O território dos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (orgs.). *Assentamentos rurais, território, produção: novas alternativas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: NEAG/UFRGS, 2014. p. 15-28.

MENEGON, Leandro; FAGUNDES, Leandro; RIBEIRO, Orestes; CADORE, Edson. Produção de arroz agroecológico em assentamentos de reforma agrária no entorno de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, nov. 2009. Acesso em: 22 fev. 2023.

ZANG, Marthin *et al.* Evolução, desafios e perspectivas da produção de arroz irrigado de base ecológica no Rio Grande do Sul. In: ANGHINONI, Ibanor *et al.* (edit.). *Fundamentos, manejo e perspectivas da produção de arroz irrigado de base ecológica no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Cachoeirinha: IRGA/Estação Experimental do Arroz; Porto Alegre: Grupo Gestor do Arroz Ecológico, 2020. p. 63-74.